



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 12/2015

*Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim*

*Realizada em 24 de junho de 2015*

----- Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas quinze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O vereador Paulo Paulino interveio para fazer referência à 30.ª edição da Feira de Artesanato e Etnografia de Alcouthim, que decorreu a 13 e 14 de junho, endereçando de seguida uma palavra de agradecimento à Associação “A Moira”, pelo trabalho desenvolvido. Findou referindo que a forma de organização/promoção da iniciativa deverá ser repensada, dado à diminuição de visitantes/público. -----

----- O vereador José Galrito interveio para manifestar formalmente o regozijo pela iniciativa, dado que as duas entidades (Associação e Autarquia) envidaram esforços suficientes, no entanto, lamenta a diminuição de visitantes.

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para proferir o discurso que se passa a transcrever: “Os senhores criticaram o anterior executivo, responsabilizando-o pela desertificação, despovoamento e envelhecimento deste concelho, como sendo um caso isolado e não como um fenómeno que percorre todo o interior do país e toda a serra algarvia. Através das vossas intervenções davam a entender que tinham muitas ideias para combater este flagelo. Hoje, apenas a única solução, resume-se ao apoio da natalidade, apoio este fundamentado em critérios que já foram implementados em muitos outros concelhos do país e cujos resultados não foram eficazes no combate à desertificação, despovoamento e envelhecimento. Passado um ano de aplicação desta iniciativa de apoio à natalidade, gostaríamos de questionar sobre o número de nascimentos e óbitos. Questionamos se considera que as novas políticas, deste executivo estão a ser eficazes no combate a esta desertificação, despovoamento e envelhecimento? Questionamos que política de desenvolvimento económico já implementou com vista à criação de novos postos de trabalho. Questionamos se o encerramento da Estalagem da sua responsabilidade não contribuiu significamente para a perda de postos de trabalho diretos ou indiretos neste município. Pretendemos que nos seja entregue uma listagem de todos os munícipes que auferiram do programa de incentivo à natalidade desde a sua implementação até à data de hoje. Há algumas semanas, talvez meses que o Centro de Saúde de Alcoutim vem se debatendo com o cenário dramático de carência de enfermeiros, existindo apenas uma enfermeira na extensão de Martim Longo. Não nos podemos esquecer, que, o nosso concelho está cada vez mais envelhecido e esta realidade tem reflexos na prestação de cuidados de enfermagem. Não está a ser garantida a qualidade mínima dos serviços. Não estão a ser dadas respostas às necessidades em saúde dos Alcoutenejos e das suas famílias. Questionamos: O que foi feito neste sentido? Que medidas tomou? O sr, presidente já contactou a administração regional de saúde do algarve, o governo, para os alertar para o problema da falta de enfermeiros no concelho? -----


R

----- O presidente usou da palavra para mencionar que facultará posteriormente os dados solicitados, dado que não tem de momento a percentagem em relação aos nascimentos e óbitos, tendo o vereador José Pereira solicitado de seguida os números concretos dos anos de 2014 e 2015 (óbitos). O presidente continuou a sua intervenção informando que a questão da falta de enfermeiros, no Centro de Saúde, encontra-se solucionada, conforme conversa tida, no dia 22 de junho, com o médico substituto da Dr<sup>a</sup>. Conceição Cunha. --

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para proferir o seguinte discurso, que se passa a transcrever: “ Inauguração do Espaço Guadiana – Apoiamos aquilo que está certo, e louvamos o que é bem feito mas, não deixaremos de criticar aquilo com que não concordamos. Porque, a saga do corta fitas continua nos mesmos moldes, como se nada tivessem aprendido. Porque, não ouvimos uma vez mais, qualquer palavra de referência às pessoas com intervenção no projeto, nomeadamente arquiteta Anabela Vasconcelos, e ao ator Francisco Brás, que, em áreas distintas conseguiram levar a cabo, o primeiro esboço daquele que é hoje o Espaço Guadiana, mais tarde subscrito pela empresa RPAS. Não se fez alusão a dois filhos da terra. Porque, não houve uma palavra de referência ou gratidão uma vez mais ao anterior executivo. Porque na placa de inauguração apenas consta o nome do sr. presidente da câmara, quando o presidente da CCDR Algarve, Eng.º David Santos, esteve presente no descerramento da mesma. Porque, mais uma vez Alcoutim não é para todos. Porque, a coisa mais sincera e justa que pode haver é o reconhecimento do trabalho bem feito e feito pelos outros. Lamentamos, e vamos aguardar que alguma coisa seja idealizada e feita pro vos mesmos”. ----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar o discurso que se passa a transcrever: “ Na passada reunião de 13 de maio, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, sob proposta do senhor presidente um acordo quadro para o estabelecimento de uma unidade de gestão de serviços partilhados do baixo guadiana. Na segunda-feira passada, em plena reunião da Odiana fiquei deverás estupefacto quando o senhor presidente informou que não irá dar seguimento a este acordo estabelecido com os municípios de Vila Real, Castro Marim e como o governo, porque não tem condições políticas dentro do seu partido, mas que concorda com o acordo e sabe que tem vantagens para o





município. Este acordo não era mais que a descentralização de competências do poder central nas autarquias locais em diversas materiais, com vantagens para os municípios, nomeadamente na transferência de verbas financeiras, através de candidaturas financiadas a 90%, coisa que nos anteriores quadros nunca se viu, a não ser no primeiro, salvo erro. Tinha a vantagem de serem delegadas competências em várias matérias como disse e que para o concelho de Alcoutim eram fundamentais, não estaríamos aqui muitas vezes a depender de outros, como referi nessa reunião, quando falo de outros, falo da Direção Regional, CCDR, Governo em si, eram competências delegadas nas câmaras ou na Associação Odiana e que só trariam vantagens para o município de Alcoutim.

Alcoutim sofre de um processo de desertificação grave e que todos temos lutado contra isso. Alcoutim assiste ao encerramento de serviços, extensões de saúde, segurança social, etc. Alcoutim, perdeu no último ano aproximadamente € 600.000 em receitas. Alcoutim tem poucas receitas próprias, dado que depende muito do exterior, de fundos comunitários do governo, de contratos programas. Alcoutim necessita desesperadamente de aproveitar todos os fundos para fazer face à melhoria das condições de vida dos Alcoutenejos. O senhor por questões partidárias rompeu com o acordo estabelecido, colocando os interesses partidários à frente do interesse do município. O senhor presidente colocou em causa a imagem do município, não foi coerente, porque ao assinar um acordo, primeiro com os seus colegas de câmaras vizinhas e depois com o próprio governo e agora vem rescindir. Diz o senhor presidente ser favorável à delegação de competências, como aliás já o demonstrou, com as juntas de freguesia, cruz vermelha, através da unidade móvel de saúde que era um serviço prestado pela Câmara Municipal. É lamentável que esta situação aconteça e que em muito irá prejudicar os interesses do município. É lamentável que sejam tomadas decisões por interesses partidários. É lamentável que Alcoutim se tente isolar, e queira trabalhar sozinha. É lamentável que Alcoutim faça parte de uma Associação como a Odiana com x anos de existência e a continuidade daquela associação seja posta em causa. É lamentável que o senhor fique ligado ao encerramento desta Associação que muito tem contribuído, por muito que não se queira, e que ache que a Associação Odiana em nada beneficia o concelho de Alcoutim, eu tenho a dizer que é lamentável que isso aconteça, que Alcoutim

R

tem beneficiado em muito, através de fundos comunitários, através de serviços que vem por intermédio da Associação Odiana e candidaturas. Com o trabalho de equipa consegue-se ir mais longe porque seremos mais fortes”. -----

----- O presidente interveio para fazer um esclarecimento do assunto, nomeadamente que a unidade de serviços partilhados foi uma proposta do plano de atividades da Associação Odiana, com a finalidade de existir partilha de serviços, contudo, apesar de favorável à mesma numa ótica de criação de escala e redução de custos, nunca ocultou aos restantes parceiros a existência de algumas ressalvas por parte dos membros da Assembleia Municipal de Alcútem, em que sugeriu algumas propostas, nomeadamente na exclusão da “nossa partilha” em algumas áreas, dado que só aceitaria o que fosse benéfico para Alcútem. De seguida mencionou que aquando da assinatura do Acordo, na presença do ministro Dr. Poiares Maduro, no dia 13 de maio, o referido documento continha as condições necessárias a seguir no âmbito da transferências de competências, e as quais careciam de aprovação da Assembleia Municipal, e que a verba disponibilizada, no montante de € 3,5 milhões de euros, era para candidaturas a nível nacional e com prazo até final de junho, colocando-nos num campo privilegiado, devido ao trabalho realizado, todavia, aquando da elaboração das mesmas, verificou-se que a Associação Odiana teria que fazer uma alteração de estatutária, e como tal, atento “a alguns rumores”, apresentou o assunto aos membros da Assembleia Municipal. O vereador José Pereira usou da palavra para frisar que o presidente apenas apresentou aos membros do PS e não ao órgão. O presidente continuou a sua intervenção para referir que o assunto nunca seria aprovado por unanimidade, e como tal ficou sem condições para avançar, bem como referir que a verba em questão (€ 3,5 milhões de euros) não era para investimentos a nível do concelho, mas sim com a finalidade de dotar a estrutura da unidade móvel do serviços partilhados. Ainda mencionou que não tem intenção de isolar Alcútem, nem de condicionar definitivamente estas situações/matérias, bem como frisar que não está contra a Associação Odiana, e que mesmo que a verba disponibilizada, fosse direcionada para as candidaturas das duas entidades que contratualizaram o Acordo, teria que ocorrer uma regra proporcional. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que o



R

presidente tinha a obrigação de apresentar o assunto em reunião da Assembleia Municipal, e não o fez, apenas o expôs a três ou quatro membros, que sempre estiveram contra a Associação Odiana, bem como frisar que o município de Alcoutim, tal como os restantes (VRSA e Castro Marim), devem muito à referida Associação. Ainda mencionou que os rumores que correm é que o presidente concorda com as vantagens que traz para o município, no entanto, foi confrontado por alguns membros da Assembleia, que acham que partilha de serviços acarretaria a agregação de municípios, e nesse sentido repudia a decisão tomada, e afirma mais uma vez que o presidente “está refém político”. ----- O presidente interveio para referir que os pontos de vista já foram apresentados, bem com a sua explicação. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 11/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 09 de junho de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º 117) respeitante ao dia 23 de junho, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.449.160,79; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.073.159,18; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 368.589,46 -----

----- **EMPREITADA DO PARQUE DE MERENDAS E AUTO CARVANISMO DO PEREIRO – LIBERAÇÃO PARCIAL DE GARANTIA BANCÁRIA** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente

ata, desta fazendo parte integrante, referente à empreitada em epígrafe. -----  
----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar ao Banco Comercial Português, S.A, que seja liberado da garantia bancária n.º 125-02-1779210 a importância de € 5.247,00 (cinco mil duzentos e quarenta e sete euros), referente ao 1.º e 2.º ano, ficando remanescente o valor € 3.498,00 (três mil quatrocentos e noventa e oito euros). -----

----- **EMPREITADA DO PARQUE DE MERENDAS E AUTO CARVANISMO DO PEREIRO – LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a restituição à firma José Quintino, Lda., a importância de € 5.247,01 (cinco mil duzentos e quarenta e sete euros e um cêntimo), ficando remanescente o valor de € 3.498,00 (três mil quatrocentos e noventa e oito euros).-----

----- **DESAFETAÇÃO DE PARCELA DO DOMÍNIO PÚBLICO – FOSSA ESTANQUE – TACÕES/REQUERENTE: Maria da Encarnação Guerreiro Munhoz:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer favorável à pretensão de desafetação da parcela de terreno do domínio público, nos termos do parecer da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, bem como remeter a mesma para apreciação da Assembleia Municipal, em virtude da competência para a decisão sobre afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, caber a este órgão, com base na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A vereadora Dr.ª Dalila Barros interveio para questionar se na planta disponibilizada consta apenas a habitação ou se a mesma contempla algum

terreno, bem como se o limpa-fossas tem acesso à rua da implementação da fossa, tendo o vereador Paulo Paulino referido que não existe acesso e o que poderá ocorrer é um aumento da tubagem para fazer essa aspiração. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para informar que a tubagem do limpa-fossas já se encontrava no máximo, e que deverá existir ponderação no assunto, de modo a garantir questões técnicas, nomeadamente a limpeza da fossa com o respetivo equipamento. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para referir que na informação técnica apresentada não consta qualquer referência à limpeza da fossa, porém sugere, a intervenção dos serviços da DOPGU, de modo a existir um esclarecimento da matéria. -----

----- D seguida o presidente solicitou a colaboração do Chefe de Divisão, Eng.º Henrique Hou, tendo o mesmo prestado de seguida os devidos esclarecimentos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA – PROC. 05/2015:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 258,96 (duzentos e cinquenta e oito euros e noventa e seis cêntimos), à sr.ª D. Maria de Lurdes Cruz Pires Alho, para pagamento de medicamentos, nos termos do artigo 5.º do capítulo II, do Regulamento para atribuição de apoios económicos a famílias carenciadas, do Município de Alcútem. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----



----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **II REVISÃO AO ORÇAMENTO:** Foram presentes os documentos em epígrafe.-----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar qual a razão da revisão orçamental, tendo o presidente usado da palavra para mencionar que a mesma prende-se com a criação do programa de rescisões amigáveis, entre o Governo/Administração Local e funcionários, e que no orçamento não estava prevista qualquer verba nesse sentido, porque “não considerávamos” que existisse algum colaborador que a solicitasse. O vereador continuou questionando se existem colaboradores na Edilidade com essa intensão, e se sim, quais são? Foi esclarecido pelo presidente, que será um assunto que virá posteriormente a reunião de Câmara. O vereador continuou a sua intervenção referindo que o senhor presidente não está a prestar os devidos esclarecimentos, e como tal considera que o mesmo está a ocultar informações importantes aos vereadores opositores, bem como referir que tem conhecimento da gestão e dos funcionários da Edilidade que são necessários, para o bom desenvolvimento/desempenho dos serviços, tendo o presidente adiantado que poderá não existir qualquer adesão por parte dos colaboradores, porém, a dotação da rubrica é apenas para acautelar uma situação, que poderá ocorrer futuramente. De seguida o vereador mencionou que discorda que exista uma dotação de uma rubrica, “sem saber se a verba é usada ou não”, e como tal é da opinião que o presidente deveria ser mais coerente e ter mais respeito pela oposição. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para lamentar a atitude do senhor presidente, perante o assunto em discussão. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para esclarecer que as intensões de rescisões terão que ser apresentadas e aprovadas pelos respetivos órgãos (Câmara e Assembleia Municipal) até ao final de junho, conforme programa definido, todavia, as situações existentes não passam de intensões e não seria justo avançar com nomes, que ainda não se encontram garantidos,

R

tendo o vereador José Pereira usado da palavra para corroborar com o mencionado, no entanto, considera que o presidente não devia ter afirmado que “surgiram”, e nesse sentido é da opinião que a informação solicitada, deverá ser facultada. O vereador Paulo Paulino continuou a sua intervenção referindo que não existem dados concretos, apenas “vontades”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar se um funcionário solicita a rescisão, a Autarquia indemniza-o independentemente de o mesmo ser necessário ou não nos serviços? O vereador Paulo Paulino frisando que a situação encontra-se salvaguardada. -----

O vereador José Pereira continuou a sua intervenção referindo que em sua opinião, se o funcionário não fizer falta e quiser ir embora, não tem que ser indemnizado. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para referir que o valor da indemnização prende-se com o número de horas que o funcionário trabalhou durante x anos, e nesse sentido questiona o porquê do valor de € 34.000,00? tendo o presidente usado da palavra para mencionar que o assunto já tinha sido explicado anteriormente. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para referir que os vereadores opositores apenas solicitam ao presidente que seja conciso e verdadeiro nos assuntos, e que a vereadora colocou uma questão objetiva, em que não obteve resposta. -----

----- O vereador José Galrito interveio para mencionar que não foram apresentadas situações concretas. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros aprovar os referidos documentos, bem como remeter os mesmos para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013. Apresentaram a seguinte declaração de voto: “ Abstemo-nos porque o senhor presidente não foi específico, nos esclarecimentos em relação a esta revisão”. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

R

----- **AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal de Alcútem que resultam de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----

Solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros) acrescidos de IVA à taxa em vigor, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;- Que a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas; -----

Na sequência do pedido de autorização prévia formulado seja igualmente autorizado a delegar no presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa à despesa de funcionamento de carácter contínuo e respetivo, desde que previamente dotada a rubrica de despesa prevista em orçamento, nos termos do n.º 1 e 2.º, até ao montante permitido pro lei, no âmbito do regime de contratação pública; -----

Que a presente proposta seja aprovada em minuta e submetida para a aprovação da Assembleia municipal. -----

----- Os vereadores da oposição questionaram em uníssono o porquê de esta



matéria só ser presente hoje a reunião de Câmara, e o que poderá acarretar de janeiro/junho, tendo o presidente prestado os devidos esclarecimentos. O vereador José Pereira interveio novamente para sugerir que esta matéria seja presente no início do ano. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ARTIGO 75.º DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015, APROVADO PELA LEI N.º 82 – B/2014, DE 31 DEZEMBRO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. Que nos termos do n.º1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º209/2009, de 3 de setembro, articulado com o n.º5, conjugado com os n.ºs 11 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º82-B/2014, de 31 de dezembro, conceda parecer prévio genérico favorável relativamente a: -----

a) Celebração e renovação de contratos de prestação de serviços, desde que não seja ultrapassado o montante anual de € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; -----

b) Que os procedimentos relativos à celebração e renovação dos contratos de prestação de serviços abrangidos pelo presente parecer genérico não possam exceder os prazos contratuais inicialmente previstos e sejam instruídos com os seguintes elementos: -----

b 1) Descrição do contrato a celebrar e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----

b 2) Informação sobre a inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; -----

b 3) Declaração de cabimento orçamental;-----

b 4) Comprovativo do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo

R

6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ou seja, da autorização da assembleia municipal para a assunção de encargos plurianuais; -----

b 5) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato; -----

b 6) Informação sobre a aplicação ou não da redução remuneratória prevista no n.º 1 do b.7. artigo 75.º da LOE para 2015 e, em caso afirmativo, demonstração do seu cumprimento e aplicação, juntando os cálculos relevantes, face ao contrato anteriormente celebrado; -----

b 7) Demonstração de que o prestador de serviços tem a sua situação tributária e contributiva regularizadas, para com a Autoridade Tributária Aduaneira e segurança Social, respetivamente. -----

2. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todos os contratos de prestação serviços celebrados, ou renovados, durante o ano de 2015, a partir da

----- O vereador José Pereira interveio para questionar quais as prestações de serviços que transitam de ano para ano? O presidente usou da palavra para informar que são AIRC, Microsoft (aquisição de software), etc. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **CONCURSO PÚBLICO DE ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA E MOTOCICLOS DE SUB-CATEGORIA A 1:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

Que seja aprovada, em cumprimento na alínea cc), n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro de 2013, a alienação dos bens móveis constantes do cadernos de encargos, por Concurso Público, conforme previsto no n.º 1 do art.º 12.º do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, aprovado por deliberação tomada na reunião de Câmara realizada em 22 de maio de 2002, o valor dos preços base; -----

uf3

R

Que seja aprovado o Caderno de Encargos do Concurso Público denominado por “Alienação de viaturas em fim de vida e motociclos da subcategoria A1”, documento anexo à presente proposta e que seja aberto o procedimento, por concurso público; -----

Que seja aprovada a constituição da Comissão de Acompanhamento com os seguintes membros efetivos (Presidente: Eng.º Henrique Hou - Chefe Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, 1.º Vogal: Eng.º Jorge Palma – Técnico Superior, 2.º Vogal: Dr. Michael Lopes – Técnico Superior); -----

O primeiro vogal substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e assim sucessivamente. (Membros suplentes: 1.º Vogal Suplente: Sr. José Gonçalves Fatal – Encarregado da Oficina, 2.º Vogal Suplente: Dr. Nelson Gonçalves – Coordenador Técnico do Serviço de Apoios Comunitários e Património, 3.º Vogal Suplente: Sr. Fernando Cavaco – Coordenador Técnico do Serviço de Contabilidade e Aprovisionamento). -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para alertar para a data incorreta do Edital, bem como para a incongruência existente nas datas da informação técnica e Ata da Comissão. -----

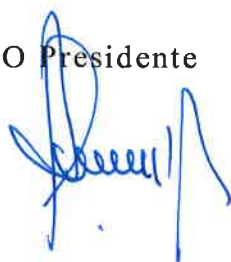
----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'D. Silva', with a large initial 'D' and a long horizontal stroke.

O Secretário

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J. Silva', with a large initial 'J' and a long horizontal stroke.

